



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

A UNIÃO POPULAR E EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO: RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS.

Flávia Jaqueline Moreira de Castro¹
Carla Simone Chamon²

Resumo

A União Popular foi uma associação de católicos leigos criada pela ação social da igreja católica após a elaboração da encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII. Esta encíclica, publicada no ano 1891, aborda vários assuntos como, por exemplo, as ações no âmbito da educação profissional e questões sociais baseadas na filosofia cristã. Neste sentido, o objetivo deste estudo será descobrir o que se tem publicado a respeito da União Popular envolvendo educação para o trabalho a fim de conhecer quais foram as contribuições históricas dessa associação para a educação para o trabalho no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa que tem como intuito aproximar-se da problemática traçando um panorama sobre a sua produção científica, de forma a conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, visualizar possíveis oportunidades de pesquisa nos estudos. Para esse estudo foram combinados os seguintes descritores: União Popular, educação para o trabalho, educação profissional, ação social católica, catolicismo social no portal Capes e no banco de teses e dissertações BDTD. Depois de ter realizado o levantamento, mil novecentos e quatro trabalhos foram recuperados no portal capes e quatrocentos trabalhos no BDTD e após a leitura dos resumos, foram selecionados seis artigos no portal capes e três teses no BDTD que fazem parte do escopo desta pesquisa.

Palavras-Chave: União Popular; educação para o trabalho; catolicismo social

Introdução

O presente artigo é parte integrante de uma dissertação em andamento do curso de mestrado em educação tecnológica na área de história da educação e tem como objeto de estudo o discurso da União Popular sobre a Educação para o Trabalho. É importante entender que a União Popular foi uma associação de católicos leigos que surgiu em decorrência do catolicismo social face às recomendações das encíclicas papais a partir da condenação da Igreja frente ao liberalismo e o

¹ Mestranda do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais/PPGET-BH Email: flavia.castromoreira@yahoo.com.br

² Dra. Carla Simone Chamon professora e diretora de Educação Profissional e Tecnológica do CEFET-MG. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais E-mail: carlachamon@gmail.com.

socialismo no final do século XIX. Em decorrência disto, esta União se difundiu pelo mundo todo, inclusive no Brasil e promoveu ações sociais que mantinham, por exemplo, asilos, albergues, sindicatos, jornais, teatros e os liceus de artes e ofícios.

Com relação às escolas primárias e aos liceus de artes e ofícios, a União Popular tomou frente destinando-os às pessoas desvalidas. Essas escolas por sua vez, poderiam ser de caráter externato ou internato, e nelas os alunos participavam de oficinas como marcenaria, ferraria, serralheria, gesso e desenho. E assim, era por meio da educação profissional que a União Popular buscava atender às classes populares ensinando a elas ofícios na tentativa de manter os pobres e desvalidos fora da criminalidade e do ócio, reduzindo a miséria e não dependendo da caridade alheia.

Nesta perspectiva, o objetivo deste estudo é conhecer o que se tem publicado a respeito da União Popular e Educação para o trabalho, além de descobrir se existem publicações que esclareça qual poderia ser o interesse e as contribuições desta associação, União Popular, na educação.

O interesse de conhecer a historiografia da União Popular e investigar a existência de publicações que relacionam União Popular e educação para trabalho justifica essa proposta a fim de fomentar o embasamento teórico e na tentativa de compreender seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Tudo isso com o propósito de cruzar e confrontar as informações levantadas a fim de obter novos olhares sobre a História da educação profissional. Tais descobertas podem, portanto, contribuir e estimular os debates acadêmicos sobre as adversidades do ensino profissional e fornece novas reflexões científicas sobre o assunto.

Para isso a metodologia selecionada foi a revisão integrativa. Esta visa aproximar-se da problemática traçando um panorama sobre a sua produção científica, de forma a conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, visualizar as possíveis oportunidades de pesquisa nos estudos.

União popular e as publicações

Ao combinar os descritores nas bases de dados a fim de recuperar as publicações existentes, observou-se a carência de estudos a respeito do tema. Apesar de serem recuperados mil

novecentos e quatro trabalhos no portal capes e quatrocentos trabalhos no Banco de Teses e Dissertações-BDTD, ao realizar a leitura dos resumos, percebeu-se que apenas nove publicações tinham realmente a ver com a pesquisa e foram selecionados para compor escopo desta pesquisa.

Para efetuar a busca nas bases de dados foram combinados de diversas maneiras os seguintes descritores: Catolicismo social, educação profissional, educação para o trabalho, ação social católica e a União Popular. E após uma breve leitura das publicações selecionadas notou-se que dos nove estudos recuperados nenhum descreveu de maneira específica o trabalho da União Popular, somente de forma panorâmica a ação da União Popular e o catolicismo social. Também não a relacionaram com a educação profissional.

2.1 O que se tem publicado a respeito do catolicismo social e educação para o trabalho: achados e relações

Dos estudos selecionados a dissertação de Costa (2000), aborda o Catolicismo social e a União Popular na cidade de São João Del Rei, no início do século XX. Sua pesquisa, revela-nos que a União Popular, associação de católicos leigos realizou ações de caridade, e expressou preocupação com os desvalidos, órfãos, viúvas, o problema da mendicância, a exploração dos trabalhadores nas fábricas e expôs seus temores quanto ao avanço das ideias liberais e socialistas. Apresenta também seus projetos sociais, como o asilo, albergue de Santo Antônio, sindicato, jornal Ação social, teatro e o liceu de artes e ofícios. Costa (2000) expõe ainda, a associação da União Popular por meio do Jornal Ação Social, onde retrata nos periódicos as ações do catolicismo social, explora e discute as diretrizes da Igreja Católica, alicerçadas nas encíclicas papais e na aplicação de suas ações sociais na cidade de São João Del Rei.

Dispomos de uma outra dissertação publicada por Melo (2006), na qual foi feito um levantamento sobre a trajetória do processo de implantação do catolicismo social e da União Popular do Brasil no início do século XX. Este autor também discorre a respeito das articulações do catolicismo social no processo de mobilização do laicato, e das organizações de congressos e conferências para divulgação das propostas da Santa Sé. Além disso, reconhece a importância da associação União Popular que foi aprovada pelo Episcopado Brasileiro e fornece

diretrizes para as associações de membros leigos, sobre o catolicismo social dentro dos moldes das encíclicas sociais papais.

Na tese Amaral (2015) intitulada como: O catolicismo e trabalho, a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941) nos mostra que apesar de a União Popular não foi o objeto foco de pesquisa, porém forneceu a este estudo informações importantes. A tese retrata a União Popular como projeto do catolicismo social católico em Minas Gerais e destaca o processo histórico da criação desta associação União Popular em Minas como um modelo proposto pela encíclica *Rerum Novarum* o que contribuiu para um maior entendimento sobre o assunto.

A partir das pesquisas acima descritas foi possível notar que eles oferecem conteúdos que contribuem para o cruzamento e confronto das informações levantadas pelos autores, o que favorece a contextualização do objeto da pesquisa de mestrado e valida a ideia de que há um vasto caminho a ser seguido envolvendo esta temática.

2.2 A União popular e a educação para o trabalho: contribuições históricas

Na Europa, ao longo do século XIX e início do século XX, à medida que avançava a industrialização, as estruturas socioeconômicas alteravam-se. Em consequência disso, impulsionava-se o desenvolvimento tecnológico, o avanço dos meios de transporte, a locomotiva a vapor, o revólver, a metralhadora, a fotografia, a radiodifusão, o telégrafo e o telefone. Ademais, mudanças arquitetônicas como: construção de pontes, alargamento de avenidas e ruas, montagem de jardins, praças, medidas higienistas e sanitaristas, além da organização e da modernidade das construções que se destacaram como transformações modernizadoras e tecnológicas da época (BERMAN, 1996).

Também nesse período, geraram-se transformações abruptas referentes a esfera intelectual que abriam caminho, a partir do humanismo, à reforma protestante, ao liberalismo, ao materialismo dialético e ao socialismo por meio do pensamento iluminista. Face a todas essas transformações, a Igreja Católica agiu de maneira radical ao anunciar ao mundo moderno a condenação do liberalismo, de suas teorias e ao socialismo.

Em um discurso contra a modernidade, a Igreja Católica apresentou ao mundo a encíclica *Rerum Novarum* - das Coisas Novas, datada em 15 de maio de 1891, criada pelo Papa Leão XIII. A encíclica retrata de forma oficial e sistematizada várias ideias do pensamento da Igreja para a questão social e debate os ideais liberais e socialistas. Tudo isso a fim de solucionar o sindicalismo e a intervenção do Estado no campo social e salarial.

É válido ressaltar que antes da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, já existiam acusações frente ao liberalismo e o socialismo feitas pelo Papa Pio IX por meio da encíclica *Quanta Cura* de 1864. Nela ele apresentava um discurso de lamentações sobre os rumos que a modernidade tomava e inicialmente, o teor da encíclica expressava de forma tímida, o posicionamento fidedigno da Igreja quanto aos ideais liberais.

Mais tarde, porém, o Papa Leão XIII, em seu combate ao socialismo lançou a encíclica *Quod Apostolici Muneris* de 1878 e fez a primeira condenação sistematizada ao socialismo pela *Rerum Novarum* de 1891. Tal encíclica foi considerada a mais importante pelo fato de trazer um discurso acerca do posicionamento da Igreja frente à modernidade e norteia diretrizes para suas ideias.

Enquanto isso no Brasil, as transformações tecnológicas e urbanas que ocorriam na Europa, inspiravam as elites do país. Com relativo atraso, essas elites empenharam-se para planejar ações no sentido de acompanhar a dinâmica modernizadora do velho continente. Os esforços modernizadores do Brasil incrementaram-se por transformações sociais e econômicas específicas do país. Nesse período, o regime monárquico enfraquecia-se e o projeto republicano ganhava força. Economicamente, a inserção gradual do trabalho livre e assalariado apontava para a extinção definitiva do trabalho escravo.

Esse conjunto de fatores impactou o projeto de nação que as elites políticas e econômicas buscavam colocar em prática. Era preciso construir uma nação moderna, baseada nos princípios liberais e burgueses, sob pena do Brasil se constituir como um país atrasado, comprometido com o retrocesso social, econômico e material.

Nesse projeto de nação, a educação e a instrução das massas populares consideravam-se como pilares centrais para o desenvolvimento do país. Expandir a escolarização ao maior número possível da população tornava-se ainda mais importante em face ao dinâmico processo de modernização que se encontrava em curso nos países centrais. Dessa forma, os esforços para a

elaboração de um projeto educacional foram consideravelmente aumentados e aperfeiçoados. Nesse cenário, um tipo de ensino específico obteve importância: o ensino profissional.

O ensino profissional poderia significar a possibilidade da educação cumprir dois papéis fundamentais no projeto de constituição de uma nação moderna. Ao mesmo tempo em que poderia civilizar o povo, através da divulgação das primeiras letras e dos princípios básicos das técnicas do trabalho, poderia também preparar o futuro trabalhador na lógica da ética do trabalho livre, dotando-o do domínio das técnicas e da racionalidade, caras ao novo tipo de trabalho exigido pela dinâmica das transformações tecnológicas. Além disso, segundo (Chamon, Goodwin, 2012) por meio da educação o cidadão que aprendesse a trabalhar para produzir seu sustento, afastar-se-ia do ócio, “escola do vício e do crime”, e a mendicância, obstáculo para a formação de sujeitos produtores de riqueza.

Em Minas Gerais, já no fim do Império havia discussões das elites políticas mineiras quanto à educação profissional. Segundo Chamon (2014), crescia na província de Minas Gerais a preocupação com a criação de escolas que ensinassem artes e ofícios mecânicos para as camadas populares. Entre essas iniciativas destacavam-se a criação dos Liceus de Artes e Ofícios. Essas instituições tinham como principal objetivo, ensinar um ofício ou uma arte mecânica às novas gerações, priorizando os setores mais pobres. Essas escolas eram mantidas por sociedades particulares de caráter filantrópico, e muitas vezes subsidiadas pelo Estado.

O ensino profissional não era uma preocupação somente das elites políticas mineiras, era também um projeto da Igreja Católica pautado na encíclica papal, *Rerum Novarum*, onde a questão social e educacional ganhava destaque. Tanto a igreja quanto as elites mineiras tinham a preocupação de serem fiéis ao ideário da *Rerum Novarum* no Brasil, e à reprodução das linhas de pensamento do catolicismo social europeu (LUSTOSA, 1990). Além disso, a Igreja mantinha-se afastada de forma intransigente do progresso, da industrialização e do próprio liberalismo, o que significou a perda de poder de representação para seus inimigos (HOBSBAWM, 2007).

É importante entender que o pensamento do catolicismo social se descreve como uma expressão das encíclicas papais frente ao avanço intensificado do liberalismo e socialismo com a Revolução Industrial do século XVIII, que passaram a representar um problema social relevante.

Esses problemas sociais se agravaram devido o avanço da industrialização, porque as condições de vida e trabalho passaram a ser desumanas e deviam ser combatidas por uma ação coletiva.

Por isso a Igreja Católica insistia na justificativa que tais injustiças sociais eram decorrentes do abandono da fé, bem como tinham um posicionamento tardio em tomar consciência sobre a questão operária e em aceitar a ideia de que os trabalhadores enfrentavam injustiças sociais.

Assim, por meio das encíclicas papais foram materializados argumentos que visavam oferecer respostas a questões sociais e a criavam um modelo normativo para a sociedade cristã idealizada. Em consequência disso, o Papa Leão XIII tentou estabelecer parâmetros para a organização da sociedade, na qual a Igreja se afirmava novamente como a consciência moral do mundo, dando início ao catolicismo social.

No que se refere aos discursos do catolicismo social, constata-se sua intenção em atuar no campo educacional como forma de propagar suas bases doutrinárias. Dessa maneira, foram organizados por lideranças católicas, congressos com intuito de favorecer a unidade e criar debates. O primeiro congresso Católico Brasileiro realizado em 1900, na cidade de Salvador e no segundo congresso na cidade do Rio de Janeiro em 1907 como se observa no transcrito abaixo sobre o tratamento que a educação obteve diante dos valores religiosos:

O Congresso apela para o sentimento religioso e patriótico dos brasileiros, a fim de concorrerem com seu zelo, esforços individuais e recursos pecuniários para a fundação de associações católicas diocesanas, sendo uma em cada diocese, com a denominação de 'Associação Promotora da Instrução e Educação Popular' que se proponham: a) Crer escolas elementares nas paróquias, onde, a par da instrução cívica, seja dada às crianças a instrução religiosa, de acordo com os princípios católicos; b) Criar escolas dominicais e festivas, conforme as que existem em outras nações católicas; c) Fundar estabelecimentos de ensino secundário e superior. O Congresso emite o voto de que os católicos, inspirando-se no amor de Deus e da Pátria, se esforcem para que o Congresso Nacional elimine o § 6.º do art. 72 da Constituição, cuja execução pode acarretar sérias dificuldades na difusão do ensino e contribuir para o apagamento da fé cristã, a cujo influxo benéfico nasceu e tem-se engrandecido a nacionalidade brasileira (MELO, 2006, p. 98).

Já no segundo congresso Católico Brasileiro, a ata do programa relacionado a área educacional ganhou destaque e percebeu-se a intenção da Igreja Católica no campo da educação. O teor do programa expunha a proposta da Igreja Católica em atuar na área da educação e apresentavam propostas estratégicas para organizar e arregimentar intelectuais católicos leigos e os aliava aos

preceitos da *Rerum Novarum* de Leão XIII. Essa tentativa de arregimentar católicos leigos resulta em uma estratégia da Igreja, numa frente que reagia contra os ideais do liberalismo.

E foi nessa frente de Católicos leigos que surgiu o projeto a União Popular Brasileira, uma associação aprovada pelo Episcopado Brasileiro. Essa associação União Popular, tinha a intenção, por meio da organização dos laicatos, unir-se em prol do projeto da Igreja Católica para difundir e propagar as doutrinas eclesiais. Essa associação de membros católicos leigos, destinava-se a unir religiosos de todas as classes sociais em torno de um centro comum da doutrina, propaganda e organização.

O propósito da União Popular consistia na mobilização e organização do laicato católico na obra apostólica da Igreja. Reforçado pelo Papa Pio X, no segundo ano de seu pontificado, que foi de 1903 a 1914 tinha como intuito produzir a Encíclica II *Fermo Proposito* que reconhece a União Popular como instituição importante, destinada a unir os católicos de todas as classes sociais.

A partir da década de 1860, a União Popular se difundiu para a Alemanha e Bélgica, mais tarde na Holanda e Itália. Embora cada região tivesse suas especificidades quanto ao confessionalismo de suas associações, essas organizações tinham em comum o antissocialismo e a convicção de defender as doutrinas da Igreja Católica.

No Brasil, a primeira União Popular, sediada no Rio de Janeiro fundou-se oficialmente em maio de 1908. Baseada no modelo da Congênere Volksverein alemã a União Popular Brasileira teve como responsabilidade conduzir a divulgação e propagação das doutrinas católicas em todo o país. Durante o 2º Congresso Católico Brasileiro, houve a apresentação e criação da Volksverein brasileira pela iniciativa do Frei Innocêncio Reidick, eclesial que introduziu outros manifestantes católicos na experiência social católica alemã.

A União Popular foi apresentada nesse congresso como uma associação que não era propriamente religiosa. Essa União não se tratava de uma sociedade beneficente, nem de uma associação puramente econômica social que se limitava a fundar caixas de socorro e sindicatos. A União Popular tratava-se de uma instituição de caráter geral, para promover por todos os meios legítimos a ação social católica. Em seu estatuto (1909), a União Popular promovia:

- 1) A criação de associações que beneficiassem seus associados, tais quais caixas de socorro mútuo, agências de trabalho, sindicatos, cooperativas e bancos populares; 2) **a instrução do povo no campo profissional, social e econômico por meio de cursos populares, bibliotecas e oficinas técnicas;** 3)

educação de propagandistas sociais e 4) propagação da imprensa católica (COSTA, 2000, p. 250 grifo nosso).

Para ser uma grande propagandista do catolicismo social, a União Popular surgiu entre os setores populares a fim de estimular a criação de organizações confessionais sobre os princípios da doutrina católica. E seus propósitos tinham como intuito constatar a luta à tendência revolucionária no terreno social e isso se alinhava ao discurso antissocialista do catolicismo.

Em Minas Gerais a primeira associação da União Popular foi da cidade São João Del Rei. A União Popular foi fundada em 1908 e atendia à convocação do arcebispo de Mariana, Dom Silvério e a todos os religiosos de Minas (COSTA, 2000). Um ano depois, no dia onze de abril de 1909, um ano após o surgimento da União Popular do Brasil, surgiu então a União Popular de Belo Horizonte.

Ela surgiu em um momento de grandes transformações, o avanço da modernidade, o aligeiramento das atividades econômicas, da indústria têxtil, siderurgias, comércio, desenvolvimento da urbanização, iluminação pública, novas edificações e a imprensa local. Nesse contexto, temos Belo Horizonte, a primeira capital totalmente planejada do país, menos de uma década após a Proclamação da República.

Embora as novas tecnologias que a modernidade produziu, como novos métodos de sanitarismo e higienização dos espaços com circulação de pessoas. Os centros urbanos retratam a mendicância dos pobres, e os órfãos desvalidos que eram indesejados e à classe trabalhadora que eram reservados espaços periféricos, longe da vista das elites. Alicerçados na encíclica *Rerum Novarum*, a associação dos membros católicos leigos a União Popular, elaboraram diretrizes em seu estatuto com a intenção de amenizar os problemas sociais presentes na cidade. Nesse sentido, a educação para o trabalho suscitou como solução para amenizar os problemas sociais. A inserção do ensino profissional, seria o caminho para forjar o cidadão para a sociedade para que o bem prevalecesse contra o mal segundo a Igreja. Seria uma medida adotada ao combate da vadiagem e criminalidade, mantendo a ordem social. O ensino profissional visava além do ensino do ofício ao cidadão, seria instrumento para regular uma população ociosa, induzindo até mesmo os desvalidados ao trabalho.

Por fim, percebe-se que a União Popular apresentava em seu estatuto e programa a intenção de promover a ordem cristã na sociedade e principalmente levar a instrução para o povo quanto aos

seus deveres e direitos, e dar a todos a educação necessária para que colaborem praticamente na elevação do nível intelectual, moral e econômico em todas as classes (CONGRESSO, 1910). E também em seu programa, apresentou a intenção de alcançar a instrução do povo sobretudo no terreno profissional, social e econômico, por meio de oficinas técnicas.

Considerações finais

A partir da concretização desta revisão nota-se que pouco se sabe a respeito do motivo pelo qual a associação União Popular se interessou em ofertar cursos de formação profissional. Desta forma obtemos respaldo para continuar nossos estudos a fim de conhecer ainda mais sobre o tema e buscar novas alternativas para construir parte desta história.

Como o intuito desse artigo era conhecer o que se tinha publicado a respeito da União Popular e Educação para o trabalho, conclui-se que não foram encontradas publicações que envolvessem educação para o trabalho e União Popular, somente foram encontrados pesquisas mais amplas que envolveram o Catolicismo Social. Apesar de serem poucos, os estudos encontrados serão de grande valia para dar continuidade a pesquisa.

Por fim percebe-se que há um vasto caminho a ser seguido nessa linha, onde muitos trabalhos ainda podem ser feitos envolvendo as outras Uniões Populares. Constata-se a necessidade de estudos sobre essas associações, buscando compreender suas especificidades e quais foram os esforços, suas implicações, suas expectativas que nortearam suas ações sociais acerca da educação profissional.

Referências

AMARAL, Deivison Gonçalves. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. 2015. 191 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 18.reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 1996

CHAMON, Carla Simone. *Escolas de artes e ofícios mecânicos em Minas Gerais em fins de Império*. In: Cadernos de História da Educação. v.13, n2-jul/dez.2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29208>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JR., James William. *A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941)*. Varia história. 2012, vol.28, n.47, pp. 319-340. ISSN 0104-8775. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/15.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2019.

CONGRESSO, Católico Brasileiro, 2º., 1908. São Sebastião do Rio de Janeiro. *Atas e documentos*. Rio de Janeiro: Off. d'O universo, 1910. 425p. (Obras Raras / PUC Minas)

COSTA, Alexandre José Gonçalves. *Frades na cidade de papel: a ação social católica em São João Del Rei: 1905-1925*. 2000. 302, p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

HOBBSAWM, Eric. *O sentido do passado*. In: Sobre História. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p. 22-36

LEÃO XIII, Papa. *Quod Apostolici Muneris* – sobre o socialismo e o comunismo (1878). Petrópolis: Vozes, 1956.

LEÃO XIII, Papa. *Rerum Novarum*- sobre a condição dos operários (1891). Disponível <<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/rerumnovarum/%20Online,%2017/05/2019%20%C3%A0s%2019:51:52h>> . Acesso em: 25 mai. 2019

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). *A Igreja católica no Brasil e o regime republicano*. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990.

MELO, Carlos Wellington Martins de. *A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930)*. 2006. 307 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2006.

PIO IX, Papa. *Quanta Cura* - sobre os principais erros da época. (1864). Disponível em <<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/quantacura/%20Online,%2017/05/2019%20%C3%A0s%2020:01:32h>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

PIO X, Papa. *IL Fermo Proposito*- estabelecimento e desenvolvimento da Ação Católica, associação leiga para a propagação católica religiosa no mundo secular. Disponível: <<http://catolicosribeiraopreto.com/enciclica-il-fermo-proposito-para-o-estabelecimento-e-desenvolvimento-da-acao-catolica/>>. Acesso em: 25 mai 2019.



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

UNIÃO, *Popular-* (órgão oficial do Centro da União Popular e comissão permanente dos congressos católicos no estado de Minas Gerais). Belo Horizonte, 1910. (Coleção Linhares – UFMG)